

35 mil emendas disputam Orçamento de 92

Marcos Magalhães

A disputa pelos Cr\$ 3,6 trilhões previstos no Orçamento Geral da União para 1992 promete ser mais acirrada do que nunca. De um lado, deputados e senadores devem apresentar até amanhã mais de 35 mil emendas ao projeto enviado pelo Poder Executivo, contra as 13 mil do ano passado. De outro, pode ser estabelecido pela primeira vez um limite rígido para o cancelamento de dotações previstas e a criação de novas despesas.

A proposta está contida no parecer preliminar elaborado pelo relator-geral do projeto de Orçamento, deputado João Alves (PFL-BA), que deve ser examinado ainda nesta semana pelo plenário da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. Ele pretende conter, em 5% do total previsto para cada área, as alterações que poderão ser feitas por cada relator parcial.

“Será muito estreita a margem de manobra do Congresso Nacional neste ano”, prevê João Alves, que foi escolhido para relator pela segunda vez consecutiva. “Mas é melhor para nós ter um pássaro na mão do que 20 voando”, acredita.

O relator do projeto sugeriu o teto de 5% depois de chegar a um acordo com o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. Segundo o entendimento, os parlamentares modificam menos o Orçamento do que em anos anteriores, mas garantem que as suas propostas não serão ignoradas na hora da efetiva aplicação dos recursos públicos.

Alves recorda que as dotações previstas no Orçamento deste ano, provenientes de emendas acolhidas durante a tramitação do projeto no Congresso, muitas vezes não saíram do papel. “Fizemos muitas emendas e saímos perdendo”, avalia o relator. “Elas acabaram contingenciando todo o orçamento”, lamenta.

Emendas

Com o teto de 5% para as mudanças, os relatores parciais do projeto de Orçamento — que estudarão separadamente setores como Educação, Saúde e Forças Armadas — certamente terão muito trabalho com as milhares de emendas que chegarão às suas mãos. Mais do que em anos anteriores, deputados e senadores parecem dispostos a alterar a proposta do Executivo.

Existem emendas que vão desfeitas a partir de uma proposta de construção de uma



Arnildo Schulz

Para Alves, margem de manobra este ano será muito “estreita”

garagem para o Ministério Público da União, com recursos da reserva de contingência, até aquelas que pretendem esvaziar o projeto mais caro do Governo Federal para 1992: o dos Centros Integrados de Assistência à Criança (Ciacs).

Somente da Bahia, terra natal do relator do projeto de Orçamento, existem 13 emendas que propõem redirecionar recursos destinados aos Ciacs. Assinadas por parla-

mentares que pertencem tanto ao PMDB como ao bloco de sustentação ao governo, as emendas pretendem invariavelmente utilizar parte dos recursos dessas escolas para a construção de sistemas de abastecimento de água em municípios como Uauá, Canudos e Xique-Xique.

O deputado João Alves afirma que tratará os Ciacs como outro programa qualquer, sem compromisso de manter ou retirar recur-

sos destinados a ele. Ele sabe, porém, que o projeto é o mais visado pelos parlamentares. “Para cada Cr\$ 100 bilhões previstos para os Ciacs, existem outros Cr\$ 200 bilhões em emendas que querem tirar dinheiro deles”, admite.

Algumas dessas emendas pretendem utilizar parte do dinheiro destinado à assistência infantil para atividades bem diferentes. Uma proposta assinada pelo deputado José Reinaldo Tavares (PFL-MA), ex-ministro dos Transportes, sugere o redirecionamento de Cr\$ 2,5 bilhões dos Ciacs para obras de construção do campo de lançamento de foguetes em Alcântara (MA).

No emaranhado de emendas já apresentadas, existe também uma sugestão quase oposta à de Reinaldo. O senador Lourival Baptista (PFL-SE) quer retirar Cr\$ 1,5 bilhão do programa de desenvolvimento do satélite brasileiro — tocado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia — para aplicá-los na construção de um amplo espaço cultural em Aracaju.

Forças Armadas

Os recursos destinados às Forças Armadas também têm sido tradicionalmente ambicionados durante a tramitação no Legislativo

das propostas de Orçamento. O projeto de desenvolvimento do caça AMX é um exemplo: o deputado Domingos Juvenil (PMDB-PA) quer retirar da rubrica Cr\$ 9 bilhões para aplicar na construção de uma avenida na orla marítima de Salinópolis, um dos maiores atrativos turísticos do Pará.

Nem mesmo o projeto do metrô de superfície do Distrito Federal escapa da caça aos recursos federais. O deputado Fernando Diniz (PMDB-MG) pretende levar para seu estado Cr\$ 5 bilhões atualmente destinados a Brasília, para complementar a instalação do trem metropolitano de Belo Horizonte. “Pelo seu grande alcance social, o sistema não deve sofrer solução de continuidade”, justifica o deputado.

Assim como a proposta de Diniz, muitas outras pretendem somente trocar o destino dos recursos de um estado para outro, muitas vezes para projetos semelhantes. O relator do projeto de Orçamento lamenta que parte das emendas ainda seja de inspiração puramente parouquiana. “O Congresso Nacional ainda não está bem preparado para discutir o Orçamento”, admite João Alves. “Mas tem o direito e o dever de fazê-lo”, ressalva.